

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE OPERÁRIA A PARTIR DAS POLÍTICAS CURRICULARES DOS ANOS DE 1970 NA ANTIGA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA BAHIA

Vera Lúcia Bueno Fartes¹
Adriana Paula Quixabeira O. Santos²

RESUMO

O artigo trata de parte significativa da história da Educação Profissional no Brasil, num período de intensas transformações nas políticas curriculares para essa modalidade de ensino, como forma de atender aos objetivos desenvolvimentistas do período militar. Com foco na construção das identidades operárias a partir das políticas curriculares geradas pela LDB 7.692/71 e as intenções e metas a serem realizados face às condições históricas após o regime de 1964, procura-se recuperar parte da memória educacional daquele período. Para isso, apresentam-se recortes de pesquisa realizada mediante entrevistas com antigos professores e corpo administrativo, bem como análises de documentos da época. Procurou-se compreender e explicar o papel político-ideológico desempenhado pela então chamada Escola Técnica Federal da Bahia (atual IFBA), que, sob intervenção federal após o golpe de 1964, agiu em estreita colaboração com as empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari para formar técnicos de nível médio para as empresas em processo de instalação naquele complexo industrial. A participação da Escola no cumprindo às exigências de técnicos mais bem preparados, a intensificação do trabalho operário e a rigidez disciplinar a que estes seriam submetidos nessa nova fase do desenvolvimento industrial da Bahia e do Brasil, se não destruíram, pelo menos recolocaram em outros termos os interesses dos trabalhadores e do grande capital que, nos anos de 1970 aportava no país com maior intensidade.

Recebido em: 05/2010 - Aceito em: 07/2010

1 Prof. Faculdade de Educação da UFBA. E-mail: verafartes@uol.com.br

2 Prof. IFAL e Doutoranda em Educação FAGED/UFBA. E-mail: apquixabeira@terra.com.br

Palavras-Chave: Identidade operária. Políticas curriculares. História. Anos de 1970.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE OPERÁRIA A PARTIR DAS POLÍTICAS CURRICULARES DOS ANOS DE 1970 NA ANTIGA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA BAHIA

ABSTRACT

This article is concerned with the significant part played by vocational education in the history of Brazil during a period that witnessed radical changes in curricular policies for this kind of learning, which were aimed at attaining the objectives that had been laid down in the period of military rule. By focusing on the construction of working identities that emerged from the curricular policies formulated by LDB [Legislative Guidelines for Basic Education] 7.692/71 and the plans and goals to be put into effect in the historical climate following the coup d' état of 1964, an attempt is made to revive some of the educational memories of that period. To achieve this, there has been an examination of some extracts from research conducted by means of interviews with teachers and administrators who were working at that time, and as well as this, a documentary analysis has been undertaken. This study has sought to understand and explain the political/ideological role played by what was then called the Federal Technical School of Bahia (currently the Federal Institute of Bahia – IFBA) which under the auspices of the federal authorities, acted in close collaboration with the Pólo Camaçari Petrochemical Industry to train personnel in medium-level skills for the companies being set up in that industrial complex. It was found that, if it did not entirely ruin the interests of the working-class, the involvement of the school in fulfilling the requirements of the best prepared technicians, strengthening the blue-collar employees and imposing strict discipline on the workers in this new phase of industrial development in Bahia, at least redefined them, together with the interests of the country which was benefiting from the investment of huge amounts of capital in the 1970s.

Key-words: Working identity. Curricular policies. History. 1970's

Introdução

Nesse artigo, buscamos recuperar parte da memória da formação da coletividade operária baiana, gestada em grande parte na antiga Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA) e sua relação com o processo de desenvolvimento industrial que envolveu intensamente o sistema de educação profissional no Brasil na década de 1970, então sob as imposições do regime militar instaurado a partir de 1964.

As modificações na base técnica da produção decorrentes do processo de acumulação e expansão capitalistas adquirem, a partir desse período, um forte significado para a qualificação e formação de técnicos industriais, cuja preparação envolve não somente o aspecto técnico, mas igualmente o político, o ideológico e o cultural. Ao situarmos os anos de 1970 como marco histórico de referência, pretendemos apreender um dos momentos mais significativos tanto para o desenvolvimento econômico da região, com a instalação do complexo industrial do Pólo Petroquímico de Camaçari, coordenada pela Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE), quanto para o sistema educacional do País, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 5692/71, que trouxe importantes redefinições para as políticas curriculares, em especial aquelas voltadas para a formação de técnicos de nível médio nas então chamadas Escolas Técnicas Federais.

Este artigo, busca revisitar esse período inscrito em um momento em que a política educacional constituiu-se no elemento mediador entre as contradições geradas antes de 1964 e as intenções e objetivos a serem realizados em face das condições históricas após esse ano. Considerando-se o ano de 2009, quando se comemora o Centenário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (a ETFBA dos anos de 1970), percebe-se que de lá para cá já se vão quase quarenta anos desde aqueles marcados por intensas transformações políticas e econômicas na sociedade brasileira, com importantes reflexos no setor educacional, chamado a colaborar no processo de desenvolvimento industrial mediante o

aperfeiçoamento da mão-de-obra e da elevação da escolaridade da população, tal como preconizado pela Teoria do Capital Humano³, base de sustentação das políticas educacionais da época.

A metodologia da pesquisa, de tipo qualitativo, fundamentou-se em análises documentais, entrevistas gravadas com três antigos diretores, seis professores aposentados, bem como com dez ex-alunos da instituição, dentre eles, cinco exercendo cargo de professores na própria instituição e cinco empregados no Pólo Petroquímico de Camaçari/Bahia.

O processo de industrialização e o ensino técnico-profissional

O período compreendido entre 1956 e 1960 no Brasil assiste a uma profunda modificação no sistema econômico (IANNI, 1977), sendo caracterizado por um processo acelerado de industrialização que não se dava apenas com o fim de substituir importações, mas graças a um movimento gerado internamente, o que implicou numa integração maior entre a estrutura econômica brasileira e a internacional pela participação das empresas multinacionais no país. Essa via de desenvolvimento resultou, assim, na expansão e consolidação do capitalismo dependente no Brasil, indo este processo ao encontro das necessidades da reprodução capitalista internacional.

A ampla liberdade que o governo Kubitschek concede ao capital estrangeiro traz como consequência a modernização do setor industrial a partir da implantação de fábricas de automóveis, tratores, material elétrico e eletrônico e produtos químicos. O Brasil,

³ Essa teoria, que tem em Schultz (1961), seu suporte ideológico e político, dissemina-se no Brasil após a mudança institucional de regime em função do golpe de 64. A teoria destaca-se por conferir um forte acento economicista e funcionalista em suas análises sobre a relação entre o sistema educacional e o sistema produtivo, conferindo a esta relação um caráter linear e direto, ou seja, à maior elevação dos níveis de escolaridade da população corresponderia uma elevação nos salários dos trabalhadores e nos índices de desenvolvimento econômico e social do país.

que anteriormente tinha sua face econômica fundamentada na agricultura, expande, no governo Kubitschek, sua face industrial. Pela Lei n. 4.024 de 1961, que fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino profissional alcança a equivalência que vinha buscando desde 1950: tanto o ensino profissional quanto o secundário passam a integrar o ensino médio, possibilitando igualmente a seus egressos amplo acesso aos cursos superiores nas universidades.

A partir de 1964, com a reorientação política, econômica e ideológica do país, em decorrência do golpe militar, três modificações básicas vão ocorrer na política governamental. Primeiro, a centralização do processo decisório sob o comando do Executivo, notadamente sobre certas áreas vitais para a chamada “segurança nacional”; segundo, a ampliação da estrutura tecnoburocrática de controle da economia sob a tutela do Estado; terceiro, a criação de mecanismos de repressão e reordenação políticas para garantia da estabilidade social necessária à implantação do novo regime.

Para esse novo período, notadamente no decorrer dos anos 70, é fundamental a reorganização da produção industrial a partir das novas tecnologias de gestão e de produção ao mesmo tempo em que, internamente, garante-se a produção dos setores dinâmicos da economia moderna: a indústria química, eletrônica e automobilística. A moderna tecnologia assegura o aumento da produtividade e da competitividade no mercado externo e interno, bem como o excedente estrutural de força de trabalho permite manter os salários em níveis rebaixados.

A transferência das multinacionais para o Brasil passa a exigir um mercado interno suficientemente flexível para absorver os bens de consumo sofisticados. O impasse entre a necessidade de garantir o crescimento do poder de compra dos consumidores, por um lado, e o congelamento salarial dos trabalhadores, com o fim de tornar atraente para as multinacionais a produção no país, por outro lado, foi solucionado com a reorganização administrativa, tecnológica e financeira que, por sua vez, implica numa reordenação das formas de controle social e político, conforme acentuam Cardoso

e Faletto (1971).

A nova situação econômica que se seguirá a 1964 e que trará profundas mudanças no decênio seguinte vai exigir a reorganização da sociedade civil e da sociedade política com o fim de permitir ao Estado tomar-se novamente mediador dos interesses da reprodução ampliada das empresas privadas nacionais e multinacionais. O Estado, que durante o governo de João Goulart havia se constituído em porta-voz dos interesses das classes média e subalternas, é forçado a atender à nova tendência da “internacionalização do mercado interno”. É nesse momento que:

[...] as forças armadas, como corporação tecnoburocrática, ocupam o Estado para servir a interesses que crêem ser os da nação. Os setores políticos tradicionais (as massas populares e os intelectuais progressistas da burguesia nacional) expressão, no seio do Estado, da dominação da classe do período populista-desenvolvimentista, são aniquilados e se busca transformar a influência militar permanente na condição necessária para o desenvolvimento e a segurança nacional. (CARDOSO; FALETTO, 1971, p. 156).

A reordenação das formas de controle social e político usará o sistema educacional reestruturado para assegurar este controle. As primeiras diretrizes formuladas pelo governo militar, norteadoras da futura política educacional, introduzidas no Governo Castello Branco, visam restabelecer a “tranqüilidade entre estudantes, operários e militares” mediante a proibição de manifestações contrárias ao processo de concentração do capital pela formação de conglomerados financeiro-industriais e a transformação da estrutura do sistema empresarial brasileiro, com a expansão e a consolidação das multinacionais.

Por essa ocasião, o Brasil passará a desempenhar um novo papel na nova divisão internacional do trabalho, o de “entrepósito industrial” (SINGER, 1976), servindo como elo entre o centro e os países periféricos. A abertura da economia brasileira ao mercado

externo traz como consequência um aumento da dependência do Brasil em relação aos países compradores de seus produtos, bem como ao fornecimento externo de produtos tecnológicos, equipamentos e matérias-primas necessárias ao processo de acumulação que aqui se instalou.

Como decorrência dessas mudanças, três aspectos básicos da estratégia de desenvolvimento no Brasil – concentração do capital, internacionalização da economia e contenção salarial – convergiram para uma configuração específica das classes sociais e nesse contexto, o aparelho escolar, em grande parte, é levado a atuar no sentido de oferecer as bases técnicas e ideológicas da expansão do capitalismo dependente. (MACHADO, 1992).

Desse modo, após 1964 a educação brasileira, em geral, e o ensino profissionalizante, em particular, reorganizam-se para atender às novas necessidades criadas pela reorientação política, econômica e ideológica do país. O ensino técnico não terá sua importância aumentada somente tendo em vista a qualificação da força de trabalho. A partir de 1964, o governo brasileiro se empenha em garantir o controle ideológico, ou seja, a estabilidade política, base fundamental para a nova estratégia de desenvolvimento apoiada nas grandes inversões de capital estrangeiro, daí podermos inferir que é também muito significativa a relação do ensino técnico com o controle político e ideológico daquele período.

Os desafios trazidos pela implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari parecem ter obrigado a ETFBA, notadamente a partir da segunda metade da década de 70, a se recompor para atender às exigências da criação daquele complexo industrial, tal como se pode observar num trecho de documento da ETFBA daquela época:

Mister se faz salientar, aliás, que, por uma feliz coincidência, quando assumimos a direção da Escola Técnica Federal da Bahia, operava-se, coincidentemente, um profundo processo de mudança na estrutura econômica e social do Estado e, mais especificamente, na Região Metropolitana de Salvador, graças ao início de funcionamento do Pólo Petroquímico

de Camaçari [...], cujos reflexos, em termos das mais amplas perspectivas de mercado de trabalho, seriam os mais promissores para este estabelecimento de ensino que se veria na contingência de ampliar o seu esforço no sentido da formação urgente de maior número possível de mão-de-obra qualificada [...]. Para tanto, tivemos que fazer constantes readaptações das grades curriculares de nossos cursos, suprimir cursos, criar novos cursos, abrir salas de aulas, implantar novos laboratórios e oficinas [...], celebrar centenas de convênios com as empresas industriais nascentes, enfim, dar um novo sentido de vida à velha “Escola do Mingau” a fim de que ela pudesse atender na sua plenitude, às exigências de uma nova era. (ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESTADO DA BAHIA - ETFBA, 1975).

A posição do técnico dentro da empresa é de grande importância para a produção. Sua posição mediadora entre engenheiros e administradores, em geral, e os trabalhadores mais diretamente ligados à produção, faz com que seu papel técnico seja inseparável de seu papel político e determinado por sua posição na estrutura da empresa, onde, no cotidiano das relações sociais na produção, ao nível do chão de fábrica, exerce a função de porta-voz daqueles que controlam o poder político e econômico. Dessa forma, não só é grande o controle sobre os técnicos no trabalho, devido à sua posição estratégica, como também é grande o controle exercido na escola, pois ela tem a tarefa de moldar, seja pela disciplina, seja pelo conteúdo do ensino, aquele profissional que melhor se ajuste às necessidades empresariais.

A esse respeito vale destacar que a gestão do trabalho na indústria petroquímica baiana nos anos de 1970 é marcada pela busca intencional das gerências em estabilizar a força de trabalho especializada através do assentamento de um “estatuto” operário. Esse estatuto definia-se, entre outras coisas, pelas carreiras técnicas de nível médio, pela criação de laços de solidariedade e camaradagem entre superiores e chefes, na identificação com a empresa através do conhecimento técnico e a noção dos riscos

envolvidos, bem como por uma série de benefícios extra-salariais, como transporte, alimentação, auxílio-educação, seguro social, etc.

No entanto, mesmo em vista de tal quadro, Castro e Guimarães (1990) negam a associação apontada por outros pesquisadores entre a estabilização da força de trabalho e sua integração social à empresa, argumentando que a resposta pode ser encontrada no avanço ideológico do movimento operário, que fragiliza as possíveis bases por onde se poderia formar uma comunidade de interesses entre trabalhadores e patronato. Além disso, prosseguem os autores, o caráter despótico e pouco participativo dos aparatos políticos de produção no Brasil, como nas instituições de Camaçari, não permitiriam a participação operária na definição das condições de trabalho ou na redefinição das relações sociais na produção, impossibilitando, desse modo, a criação de uma “cidadania operária”.

Para aqueles autores, a política de fábrica reorientada na década de 1970 traz um caráter autoritário e despótico imposto ao trabalho pesado ou subordinado. O operador de campo, referido como “peão”, do qual não se exigia um nível mínimo de escolaridade, só encontrava espaço para liberdade individual ao nível da organização e da distribuição do trabalho, uma vez que a legislação social o impedia de organizar-se no interior das fábricas. Ao peão não se colocava, portanto, a opção de ascender socialmente, através de uma carreira, posto que esta se encontrava irremediavelmente bloqueada pela estabilização da força de trabalho.

Por outro lado, o trabalho nas indústrias petroquímicas representou, naquela época, um meio de ascensão social para os candidatos a profissões de nível médio, tais como operadores de processo, analistas, técnicos de manutenção, etc., oriundos das camadas populares mais prósperas ou para a classe média empobrecida. De acordo com Guimarães (1988), no meio urbano de Salvador, o jovem que terminava o curso secundário, tinha na petroquímica a opção de fazer uma carreira técnica com nível de remuneração igual ou superior ao que auferiria quatro anos mais tarde mesmo se, uma vez graduado num curso superior, tivesse

acesso a uma empresa industrial. O nível escolar exigido para os empregos operários mais especializados é aquele de segundo grau, o que levou empresas e escolas baianas a coordenarem suas políticas de recrutamento com a ETFBA.

As mudanças nas políticas educacionais para o ensino técnico-profissional e sua realização na ETFBA

A intervenção na orientação da Equipe de Planejamento do Ensino Médio, em 1965, através do acordo MEC-USAID, resultou na criação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM), em 1969. Através destas referências pode-se entender a preocupação com a preparação dos recursos humanos ensejada pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento, em 1967. Estas medidas exprimem as preocupações que estão contidas dentro da meta fundamental, que é tentar adaptar e moldar o sistema educacional àquela nova etapa de expansão capitalista.

Em 1971, quando a conjuntura política autoritária cerceava as manifestações populares, o Estado convoca um grupo de estudos para formular as novas diretrizes e bases da educação que modificariam a estrutura do ensino. Com a Lei nº 5.692/71, criou-se o ensino de 1º e 2º graus, com a abolição dos antigos primário, ginásial e secundário; eliminou-se o sistema de ensino baseado em ramos profissionais para que se constituísse uma rede única de ensino; instituiu-se a iniciação profissional e a profissionalização em todo o ensino de 1º e 2º graus. Toda a orientação contida nesta reforma busca integrar o ensino de 2º grau às necessidades econômicas e ao mercado de trabalho. Os objetivos oficiais fixados e reforçados pelo Parecer 76/75⁴ foram assim explicitados:

1º - mudar o curso de uma das tendências da Educação brasileira, fazendo com que a qualificação para o trabalho se tornasse a meta não apenas de um ramo

⁴ MEC-DEM: O ENSINO DE 2º GRAU - LEIS - PARECERES, Brasília, 1975, Parecer 76/75 e 284.

de escolaridade, como acontecia anteriormente e, sim, todo um grau de ensino que deveria adquirir nítido sentido de terminalidade;

2º - beneficiar a economia nacional, dotando-a de um fluxo contínuo de profissionais qualificados, a fim de corrigir as distorções crônicas que há muito afetam o mercado de trabalho, preparando em número suficiente e em espécie necessária o quadro de recursos humanos de nível intermediário de que o País precisa.

Neste sentido, buscando uma integração maior entre as empresas e as escolas técnicas, foi criada a Lei 6.297/75, que procura facilitar às empresas, pelo desconto no imposto de renda, a execução de projetos próprios de formação da mão-de-obra de que necessita. Também foram criados, com essa finalidade, o Sistema Nacional de Mão-de-Obra, o Conselho Federal de Mão-de-Obra, a Secretaria de Mão-de-Obra, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mão-de-Obra (PRODEMO) e o Centro de Integração Escola-Empresa (CIE-E), buscando a adaptação do ensino técnico às necessidades do binômio então denominado “Segurança e Desenvolvimento”.

Como vimos anteriormente, o processo de industrialização dos anos de 1970 foi constituído por sujeitos históricos com projetos bem definidos, expressos pela burguesia banqueira exportadora aliada aos grandes grupos internacionais para a exploração do petróleo baiano. “Para essa burguesia, o lema ‘o petróleo é nosso’, longe de significar estatização e nacionalismo, significa privatização e regionalismo: ‘o petróleo é baiano’” (GUIMARÃES, 1987, p. 17). Esse período revela os propósitos da reorientação política e econômica trazidos pelo regime militar iniciado em 1964, expressos pela aliança da burguesia local, pelo complexo industrial e por amplas camadas do setor político e militar com o capital internacional.

Tais propósitos, todavia, trazem problemas de incorporação produtiva da força de trabalho urbana, o que vai se refletir diretamente nas grandes mudanças ocorridas na ETFBA, notadamente a partir de

1972, quando é decretada uma intervenção do Governo Federal. Tal processo dissolve o Conselho de Representantes e nomeia Gabriel Gonçalves de Senna e Silva, professor da Escola de Engenharia e da Escola Técnica de Minas Gerais para interventor na ETFBA. Sua gestão dura apenas um ano, período em que se iniciam mudanças a nível administrativo e pedagógico na Escola, justificadas pela interventoria como necessidade de agilizar o funcionamento dos cursos e da parte administrativa para dar conta das exigências de um mercado de trabalho em expansão.

Em 1973, Senna e Silva é substituído por outro interventor, o Prof. Nazir Ribeiro Fragoso. Nesse período há uma total reformulação da política curricular da ETFBA mediante a introdução do Núcleo Básico Comum de estudos e os cursos passam a ser agrupados em áreas, iniciando-se o regime de semestralidade para fazer face à rápida demanda do mercado. Em 1974 cessa a intervenção do MEC com o restabelecimento do Conselho de Representantes, sendo eleito o Prof. Ruy Santos Filho, que assume a direção da Escola e nessa função permanece por doze anos, através de sucessivas reconduções ao cargo.

É nesse período que ocorre o convênio entre a ETFBA e a COPENE com o objetivo de preparar mão-de-obra especializada para o Pólo Petroquímico de Camaçari, quando são ministrados cursos a 560 trabalhadores de diferentes áreas. Outros convênios semelhantes com diversas indústrias são efetuados, verificando-se que a população da Escola, que antes de 1975 oscilava em torno de 1.500 alunos, tem essa quantidade dobrada após essa época.

A ETFBA como espaço de construção da identidade operária

Nas análises precedentes, procuramos caracterizar as transformações político-econômicas no Brasil e suas decorrências para o ensino técnico-profissional, bem como buscamos compreender o processo de modernização da indústria no âmbito nacional e regional; além disso, procuramos compreender o significado das mudanças ocorridas na ETFBA que visaram colocá-la a par das

necessidades do movimento de modernização industrial que então se instaurava na região. Discutimos e problematizamos, igualmente, a formação da classe trabalhadora na Bahia, tentando entender as determinações oriundas da organização e da gestão do trabalho, bem como a formação desses trabalhadores no âmbito do ensino técnico e a constituição da identidade operária significativamente marcada por esse contexto .

Nesse sentido, a qualificação dos trabalhadores não dependerá somente de uma organização ou reorganização interna das instituições de ensino em função de determinadas políticas educacionais, mas de novos e importantes fatores. Nestes a construção social da qualificação exerce importância relevante quando se entende que não apenas os aspectos técnicos (o saber-fazer para um dado posto de trabalho), mas os atributos gerados na vivência do trabalhador são dados amplamente variáveis em função do contexto societal e das condições econômicas, políticas e culturais.

Assim, a reconfiguração do papel da antiga ETFBA não deverá ser vista somente em função do surto de industrialização dos anos de 1970 na Bahia. Ao invés disso, as ações concomitantes dos sujeitos deverão ser apreendidas como possibilidade de reconstruir, reinterpretar e recontextualizar a experiência vivida quando da aplicação e desenvolvimento das políticas curriculares no interior daquela instituição.

- A escola, a profissão e as representações de si

Para entender a auto-identificação dos alunos da ETFBA que compõem o coletivo de trabalhadores nas indústrias de processo do Complexo Petroquímico de Camaçari, é necessário conceber a importância de sua qualificação como futuros operários de carreira. Trata-se de uma atividade permanente, de caráter técnico, dotada de uma gradação de funções e cargos que só podem ser exercidos pelos portadores de um diploma. A Escola Técnica Federal da Bahia não forma “oficiais” como antigamente formavam os Liceus; a

Escola prepara especialistas técnicos no conhecimento aplicado e nos meios instrumentais necessários a determinadas áreas práticas das ciências.

Assim, de acordo com Agier e Guimarães (1990), ao lado da formação técnico-científica, elabora-se igualmente uma subjetividade peculiar que consiste numa identificação construída por contraste à educação bacharelesca das universidades: ao invés de “bacharéis” ou “doutores”, os técnicos teriam, na medida exata, o domínio especializado sobre a parte da ciência realmente aplicável. Em pesquisa anteriormente referida (FARTES, 1994), realizada entre 1992 e 1994 com egressos dos anos 70 da ETFBA, muitos deles, no momento das entrevistas, já professores na própria instituição ou trabalhadores nas indústrias da região, especialmente nas do Pólo Petroquímico de Camaçari⁵, pudemos colher importantes contribuições sobre como foi a vivência daqueles nos anos, notadamente no que diz respeito à construção social da qualificação e da identidade operárias:

Para mim era a realização prática da teoria que eu via nas revistas de Eletrônica e outros livros eu pesquisava muito em livros, fazia projetos [...] já fui até do SENAI; o que eu queria, mesmo, era ver aquilo tudo na prática [...]. (Ex-aluno; professor na ETFBA)

É interessante observar a presença de um sentimento generalizado entre vários dos entrevistados, de que a prática é mais importante do que a teoria. A esse respeito WILLIS (1991) observa que, enquanto para a classe média o conhecimento significa a possibilidade de aumentar as alternativas práticas abertas ao indivíduo, aos olhos da classe operária a teoria está vinculada a atividades produtivas particulares. Isso pode ser visto

⁵ Cabe esclarecer que a pesquisa aqui reportada trabalhou unicamente com egressos da ETFBA alocados no Pólo Petroquímico de Camaçari, por serem as empresas desse complexo as que mais empregavam técnicos de nível médio na época.

como expressão da função de classe do conhecimento: para a classe operária, a teoria deverá vincular-se estreitamente ao mundo concreto, ajudando na realização de tarefas práticas. Para a classe média, mais consciente de sua posição numa sociedade de classes, no entanto, a teoria tem o sentido de um verniz social de qualificações que lhe permitirá ascender socialmente.

Esse outro depoimento também vai confirmar o anterior, além de constituir-se numa clara expressão da vivência da Lei 5.692/71, em seu Art. 5º - § 3. :

Antes de 70 dava-se muita ênfase à cultura geral, que as empresas nem queriam, mas depois de 70, isso foi ajustado, com mais conhecimentos técnicos requeridos pelas empresas; os programas aqui foram reajustados, muita coisa, as próprias empresas forneciam equipamentos para a Escola e então passou-se a atender exatamente ao que a empresa queria ... (Ex-aluno; professor da ETFBA)

Desse modo, interpretando a sua trajetória escolar, os alunos se viam como alguém que “faz”, que “executa projetos”, e que encara a realidade do mercado de trabalho, escolhendo uma profissão típica de um País àquela época, em fase de grande desenvolvimento econômico que lhe permitiria, quem sabe, o prosseguimento dos estudos.

[...] você sabe, trabalhar de turno lá no Pólo podia até ser uma boa, porque você até podia, se fosse esforçado, cursar uma Universidade, devagarinho e ir ganhando a vida [...] (Ex-aluno; professor da ETFBA)

A idealização do trabalho enquanto possibilidade de mudança de status social aparece nas representações dos alunos como uma transformação mágica da realidade, onde o técnico se vê como detentor de capacidade decisória, fantasia que estimula e ao mesmo tempo atemoriza seus sonhos:

Eu botava na cabeça: sou um mini-engenheiro, um elemento que substitui o mestre-de-obras, que é um técnico, aí criava

um pavor: será que tenho competência para desenvolver essas atividades? (Ex-aluno; professor da ETFBA)

Coerentemente, na representação que fazem de si mesmos, esses alunos valorizam a modernização tecnológica trazida pelas indústrias do Pólo. Em seus depoimentos, enfatizam a complexidade do trabalho, a importância de seu conteúdo e a possibilidade de realização do desejo de se tomarem doutores ou bacharéis, desejos esses que sua condição social naquele momento não lhes estaria permitindo. Um mercado de trabalho promissor é recorrentemente associado ao processo de reestruturação curricular vivido e incentivado pela Escola Técnica, na qual o aluno projetava seus anseios de entrada no mundo fabril, incentivado pelos professores:

Com a chegada desses novos tempos... fiz o 2º grau duas vezes, já entrei com o 2º grau feito no [colégio] Central.... Lembro-me de um professor de Estudos Regionais que se preocupava muito com essas mudanças [na ETFBA] e com a vinda do Pólo e nos mandava fazer pesquisas nessa área e foi através dela que eu fiquei conhecendo a importância do Pólo. (Ex-aluno; professor da ETFBA)

Esses sonhos, no entanto, não eram partilhados por todos:

Naquele tempo, o que se buscava mesmo era ser técnico, enquanto que hoje [1990] o aluno de 2º grau busca uma ponte para o vestibular. Antes, o aluno estudava aqui pela manhã, pois o curso era matutino e à tarde já trabalhava. Nós só buscávamos entrar logo para o mundo do trabalho. Eram raros os que pertenciam a uma classe melhor e os pais falavam: não, meu filho, você vai terminar o curso aqui e depois vai continuar seus estudos na faculdade. Mas o grosso mesmo, de meus colegas, continuaram como técnicos. (Ex-aluno, trabalhador em empresa do Pólo)

De acordo com Agier e Guimarães (1990), a figura do técnico é uma construção imaginária, uma forma de “interpelação de sujeitos” – um profissional que exerce funções em determinadas

áreas de competência e de quem se exige conhecimentos técnico-científicos, apto a organizar suas tarefas, partido de normas objetivas e racionais de autodisciplinamento. Segmento da força de trabalho e símbolo das indústrias do Pólo Petroquímico, a figura do técnico, entretanto, deve-se, na maioria dos casos, à sua origem familiar e à sua educação escolar.

- A influência da família e da escola

Para a maioria dos entrevistados, o curso na ETFBA ocorreu de forma “natural”. Um ensino que os pais consideravam de boa qualidade e, principalmente, gratuito, fez com que jovens, na sua maior parte, oriundos de classes médias empobrecidas ou de famílias pobres em ascensão, buscassem e aproveitassem do ensino fornecido pela Escola como possibilidade de ascensão social via emprego nas indústrias recém-criadas. A origem familiar possibilitava-lhes um ciclo completo de estudos (até o antigo 2º grau), além de projetos profissionais de uma vida estável, sem grandes sobressaltos quanto às questões de sobrevivência.

Meu irmão já fazia Escola Técnica e me influenciou. Por eu ser de uma classe muito pobre, eu dizia: bem, vou fazer Escola Técnica para logo começar a trabalhar. É melhor do que fazer o [curso] Científico e não ser nada. Na Escola Técnica vou ter a perspectiva de ter um salário, de ser um profissional [...]. (Ex-aluno; professor na ETFBA)

A origem social em famílias de baixa renda é um dado fundamental na elaboração de um sentimento de gratidão, aliado a certo distanciamento do contexto político que então se vivia no país:

Os alunos eram muito pobrezinhos mesmo, inclusive eu. Não havia essa de carona, era na paletada mesmo. As coisas aqui eram bem rígidas e quando passei para o curso técnico peguei uma rigidez ainda bem grande [...] não sei o que houve, mas por alguma irregularidade, foi nomeado um interventor e aí ficou uma linha bem dura. Mas eu noto que foi um período em que a Escola

cresceu muito [...], dava para notar [...] o curso técnico tornou-se bastante rígido, o que eu acho muito bom ... (Ex-aluno; professor na ETFBA)

Embora tendo mudado consideravelmente o perfil sócio-econômico de seus alunos que, nos tempos da “Escola do Mingau”, era constituído, na quase totalidade, por meninos oriundos das camadas de baixa renda, a ETFBA dos anos 70 ainda conserva certa tradição de porta de ingresso no mundo do trabalho para aqueles jovens cuja imediatividade de alocação no mercado é uma realidade:

Nós éramos oriundos de famílias pobres e a Escola Técnica era a máquina que iria nos realizar o sonho. Emprego para a gente era a nossa realização, mesmo. Queríamos nos formar para começar logo nosso pé-de-meia. Por isso é que quando uma empresa nos chamava era uma maravilha ... O trabalho representava para nós o sonho realizado”, nem se pensava na Universidade, era só a empresa, o Pólo para trabalhar e ter uma vida melhor ... (Ex-aluno; trabalhador em empresa do Pólo)

Tais representações denotam a influência das condições sociais de origem: o trabalho como possibilidade de sair da pobreza familiar. A “máquina” que realiza um sonho, o de amealhar seu “pé-de-meia”; os modos de elaborar a realidade, de constituir-se como um trabalhador ajustado às normas do local de trabalho, assegurará a formação que os tomará aptos a integrar os regimes fabris:

A vigilância era muito rígida ... aluno atrasado não entrava na sala de aula. Tinha umas carteirinhas para a entrada e para a saída, era como numa fábrica ... formavam aquelas filas para pegar o carimbo que comprovava que você havia comparecido às aulas ... era como bater o ponto na entrada e na saída. Sem o escudo da escola também não podia entrar, era como um crachá ... (Ex-aluno; trabalhador em empresa do Pólo)

Lembro-me que mesmo que a aula tivesse terminado alguns momentos antes de bater o sinal, o professor ficava olhando o relógio, mas não nos soltava porque o Diretor não permitia que saíssemos da sala antes do término da aula. (Ex-aluno; professor

na ETFBA)

Na Escola não havia, de modo algum, qualquer discussão sobre o processo de trabalho. Tínhamos o nosso grêmio, mas era só (era Centro Cívico), que não se preocupava com nada ligado à política. Era mais o lazer, gincanas... nada de movimentos reivindicatórios. Aqui era: formou, vai para a empresa se realizar a nível de padrão de vida, só. Aqui ninguém se questionava como operário, as reivindicações, nada. (Ex-aluno; professor da ETFBA)

A relação professor-aluno era um aglomerado de conhecimentos passados e toma aí, acabou. Não existia espaço para discutir seu trabalho por parte da direção ou dos professores. Você recebia aquelas informações e pronto. Rigidez, incrível, mesmo". (Ex-aluno; trabalhador em empresa do Pólo)

Essas opiniões denotam um aguçamento do senso crítico dos entrevistados que, à época de sua experiência como alunos, viam as práticas coercitivas como algo necessário para a consecução de seus objetivos de ascensão social via escolarização. Alguns, no entanto, chegaram a internalizar:

O disciplinamento lá era muito excelente. Diferente de hoje. Não se falava nada mais censurável na frente de nenhum mestre. Não era como hoje. Entrava-se na sala para assistir aula, mesmo. (Ex-aluno, professor na ETFBA)

De fato, esse depoimento submetido adquire significado peculiar na afirmação "lá era muito excelente". A aceitação, como postura, encontra sentido na própria origem familiar de alguns entrevistados que declararam:

Ao abandonar o modelo de análise que privilegia o automatismo da coerção estrutural para a extração de mais-valia, Burawoy (1979) aponta para um processo coercitivo, socialmente engendrado, onde se aprende o jogo do "consentimento" com suas normas. Esse esquema interpretativo é complementado pelas esferas de influência familiares e escolares estudadas por Hirata (1986; 1988), o que significa a apreensão de uma dimensão do processo de trabalho para o qual o marxismo ortodoxo pouco se

mostrou propenso a considerar: a subjetividade do trabalhador como elemento central nas relações de controle.

- A construção da diferença: o técnico entre o engenheiro e o “peão”

O principal fator de diferenciação das relações de hierarquia entre os diversos segmentos assalariados no interior da empresa é o nível de escolarização formal. Ainda hoje, em 2009, pode-se considerar que a distinção entre técnico de nível médio e engenheiro não reside apenas no conteúdo do trabalho, como por exemplo a função de supervisão, maior saber e liderança do engenheiro. É, sobretudo, como assinalam Agier e Guimarães (1990), o caráter social do conhecimento exigido do engenheiro que tece as diferenças. É um conhecimento político-econômico que supõe a possibilidade de manipular variáveis internas e externas ao processo produtivo, tais como a valorização e realização do produto, os custos, a qualidade, as condições de concorrência etc. A diferenciação entre trabalhadores de nível médio, superior e primário é marcada por uma relação de subordinação na qual as diferenças de escolaridade constituem-se nos títulos e na delimitação das esferas de competência, conforme declaração de um entrevistado:

Era motivo de orgulho quando os alunos saíam da Escola como técnicos e iam comandar os peões. Muitos dos nossos colegas que já trabalhavam comandavam equipes e isso nos deixava mais contentes porque vinha o engenheiro, o técnico e o operário, e quem tinha, como até hoje tem, contato com o operário é o técnico. Existe uma hierarquia: o técnico reunia-se com o engenheiro e nós, técnicos, depois, nos reuníamos com os operários. Isso nos deixava muito contentes. Sabíamos que sairíamos de alunos para comandar ... era motivo de orgulho para nós comandarmos uma equipe de 10 a 20 operários. Meu irmão, mesmo, entrou numa empresa como técnico de mecânica, foi rapidinho e passou a supervisor de área. Então a conversa é sempre a mesma: ‘peão não tem direito a nada’, só vocês que têm um nível melhor etc, etc ... (Ex-aluno, trabalhador em empresa do Pólo)

Essa fala expressa de maneira eloquente todo um trabalho realizado na própria Escola Técnica, no sentido da valorização do pessoal a ser encaminhado para as empresas recém-implantadas e que vieram no bojo do discurso ufanista, de “Brasil-grande-potência” do “milagre econômico”. Essa cadeia de subordinação que envolvia os três graus de escolaridade da época (1º e 2º Graus e Superior) atuava fortemente sobre o profissional de nível médio; constituía-se no referencial de sua auto-identificação, estabelecida’ pelo confronto permanente de sua posição de técnico em contraposição ao status superior do engenheiro (ao qual ele almeja igualar-se, “comandando” pessoas) e à posição inferior do peão, sobre o qual deseja construir sua situação de superioridade.

Alguns técnicos se consideram peões, mas outros não, vai da cabeça de cada um. (Ex-aluno. atualmente trabalhador no Pólo) Sabe, a gente quando estudava na Escola Técnica era aquele orgulho todo ... você vai comandar os peões ... era assim que se pensava, vai ser quase engenheiro .. aí, você vai para a empresa e lá você acaba virando peão também... (Ex-aluno; trabalhador em empresa do Pólo)

Em seu estudo sobre a formação das identidades de técnicos e peões na indústria petroquímica na Bahia, Agier e Guimarães (1990) entendem que a autodenominação de “peão” é uma forma simbólica de insubordinação, uma vez que, ao tomar para si uma referência mais desqualificada, o técnico de nível médio está, a um só tempo, identificando-se com aquele e insubordinando-se contra sua situação subalterna.

- O jogo da indisciplina e da resistência

Embora inscritos num período histórico de forte dominação político-ideológica, como já tivemos a oportunidade de comentar, nem por isso os comportamentos de resistência e de tentativas de se insubordinar contra a ordem estabelecida por uma administração

autoritária deixaram de oferecer suas marcas. Para se entender com maior profundidade o processo vivido pela ETFBA durante o período de intervenção administrativa, é necessário que não se perca de vista a cultura do trabalho; essa cultura fornece uma base para o desenvolvimento de normas alternativas que medeiam a estrutura da autoridade formal do local de trabalho, possibilitando uma ação transformadora.

O legado teórico de Burawoy (1979) é um exemplo de como o controle dos trabalhadores pelo capital não é completo e isto é válido não somente para o local de trabalho fabril, mas para quase todas as situações reais da prática educacional, pois que nestas sempre haverá elementos de contradição, de resistência, de autonomia relativa que possuem um potencial transformativo sobre os efeitos do controle e do disciplinamento:

Havia a queixa das empresas em relação aos comportamentos dos rapazes (estagiários) que queriam ser dispensados nos dias de festas da cidade. Qualquer feriado que impressasse um dia ou dois eles queriam logo uma dispensa ... isso era um problema... faltava na Escola esse cuidado de dar consciência profissional.
(Professor, ex-coordenador do SIE-E)

Castro e Guimarães (1990) ilustram essa forma de insubordinação do operariado baiano à época em que uma nova cultura do trabalho aportava na Bahia. Mecanismos de resistência reelaboravam símbolos de identidade e de contraposição às formas de opressão econômica e cultural a que estavam sujeitos os trabalhadores: a construção de uma identidade forjada na relação entre escravos e senhores e difundida pelo conjunto da sociedade, mostra que as etnias africanas submetidas a uma relação de dominação superaram, em parte, suas diferenças culturais e o próprio modo de inserção na sociedade escravista, através de um referencial identificatório. Assim, o controle e o disciplinamento a que os alunos se viam sujeitos eram constituídos pela busca da real satisfação não no trabalho, mas no lazer, uma área que nitidamente exhibe valores opostos ao trabalho.

Considerações Finais

A reestruturação da antiga ETFBA veio no bojo de um processo de reformas autoritário, constituindo-se num claro divisor de águas, trazendo consigo rupturas e continuidades. A partir daquele momento histórico afluíram novas condições objetivas que estruturariam uma nova subjetividade operária: primeiro, pelo golpe de 64 que, ao instaurar um controle oligárquico de Estado, necessitou da sustentação da classe trabalhadora para respaldar a industrialização regional; segundo, pelas formas de gestão do trabalho instauradas nas modernas indústrias que se tornaram mais autoritárias e racionalizadas ao mesmo tempo.

Para essa nova forma de gestão, o espírito da antiga “Escolinha do Mingau” - assim conhecida nos primórdios do século passado -, já não servia, devido à exigência de técnicos mais bem preparados para a industrialização crescente. Se esses elementos não destruíram, pelo menos recolocaram em outros termos os interesses operários e os interesses do grande capital que, àquela época, aportava no Brasil com maior intensidade.

Os questionamentos e reflexões proporcionados por esse estudo, cujo foco incidiu sobre um momento de ruptura e transformação no ensino técnico-profissional na antiga ETFBA - assim como nas demais instituições formadoras para o trabalho técnico-profissional - continham em germe algumas perspectivas do futuro da organização do trabalho e suas correlações com a formação dos trabalhadores. A nova sociedade que se anunciava nos anos de 1970, com uma organização do trabalho crescentemente distinta das tradicionais, culminaria, no decorrer dos anos seguintes, na eclosão da crise de acumulação capitalista, no fim do Estado de Bem Estar Social e início das políticas regulatórias, na redemocratização do País, no aumento do protagonismo operário, na substituição tendencial do paradigma taylorista-fordista pelo toyotista, pelas exigências de elevação dos níveis de qualificação do trabalhador e seu reverso, a precarização das relações de trabalho e o desemprego, pelas novas formas de compreensão do papel

social da escola, do conhecimento, da formação profissional, das subjetividades e identidades operárias construídas e em construção, ao longo desses períodos.

Referências

AGIER, M; GUIMARÃES, A. S, A. Identidades em conflito: técnicos e peões na indústria petroquímica da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 5, p. 51-68, 1990.

BURAWOY, M. **Por uma teoria marxista do processo de trabalho:** Braverman e além dele. *Politics and society*, v. 8, n. 3-4, 1979. (tradução livre)

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CASTRO, N A.; GUIMARÃES, A. S. A. Competitividade, tecnologia e gestão do trabalho: a petroquímica brasileira nos anos 90. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL TECHNOLOGIQUES ET MUTATION INDUSTRIELLES DANS L'AMERIQUE LATINA, 1., Paris. **Anais...** Paris: CREDAL/IEAL, 1990.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESTADO DA BAHIA - ETFEBA. **Dez anos de educação profissionalizante: 1975 -1984:** Relatório. Salvador, 1975. (mimeo)

FARTES, Vera L. B. **Modernização tecnológica e formação dos coletivos fabris:** um estudo a partir da Escola Técnica Federal da Bahia. 1994. 197p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 1994.

GUIMARÃES, A. S. A. Estrutura e formação das classes sociais na Bahia. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 18, p. 57-69, set. 1987.

_____. Insatisfações e resistência operária na indústria petroquímica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 12., Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro, 1988.

HIRATA, H. Formação na empresa, educação escolar e socialização familiar: uma comparação França-Brasil-Japão. **Educação e**

Sociedade, v. 10, n. 3, p. 29-47, 1988.

HIRATA, H. **Trabalho, família e relações homem-mulher**: reflexões a partir do caso japonês. *Revista Brasileira de Estudos Sociais*, v. 1, n. 2, p. 5-12, 1986.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MACHADO, L. R. de S. **Educação e divisão social do trabalho**: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: CEDES, 1992.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SINGER, P. **A crise do “Milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WILLIS, P. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

